

Sociolinguística da memória: africanidades na formação do português brasileiro

*Sociolinguistics of memory: Africanities in the formation of
Brazilian Portuguese*

Davidson Martins Viana Alves 

Professor do Magistério Superior do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (IL-UFBA).

E-mail: alves.dmv@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma análise histórica e sociolinguística do contato entre línguas africanas e o português brasileiro, com foco na contribuição do fongbè e de outras línguas do grupo Kwa à constituição do vernáculo afro-brasileiro. A pesquisa parte da necessidade de revisar criticamente os paradigmas eurocentrados que ignoraram a centralidade da diáspora africana na formação linguística da América Latina, particularmente no Brasil. O aporte teórico ancora-se na sociolinguística do contato (Thomason, 2001; Petter, 2014) e na crítica à glotopolítica colonial, incorporando também perspectivas afrocentradas de autores como Pessoa de Castro (2002), Bonvini (2014) e Parkvall (2012). Metodologicamente, a pesquisa articula análise documental, descrição linguística e levantamento etno-histórico, com base em mapas linguísticos, dados do tráfico atlântico e registros rituais de comunidades afro-religiosas. Os resultados apontam a permanência estrutural de elementos lexicais e sintáticos africanos no português brasileiro, evidenciando processos de criouliização, descriouliização e resistência linguística. A investigação revela ainda que práticas glotopolíticas contribuíram para a marginalização dessas línguas, transformando-as em marcas de identidade periférica. Projeta-se, assim, a ampliação de estudos sobre a interseção entre língua, memória e ancestralidade na diáspora, bem como a valorização

Editora-chefe

Marcia dos Santos
Machado Vieira

Editoras convidadas

Luana Lamberti
Ravena Beatriz de Sousa
Teixeira

Recebido: 10/04/2025

Aceito: 05/12/2025

Como citar: ALVES, Davidson Martins Viana. Sociolinguística da memória: africanidades na formação do português brasileiro. Revista Diadorim, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, e68021, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2025.v27n2a68021>

de políticas linguísticas que reconheçam a diversidade como fundante da experiência latino-americana e afro-atlântica, ou seja, amefricana.

Palavras-chave:

Português afro-brasileiro; contato linguístico; africanidades.

Abstract

This article proposes a historical and sociolinguistic analysis of the contact between African languages and Brazilian Portuguese, focusing on the contribution of Fon-*gbè* and other languages of the Kwa group to the constitution of the Afro-Brazilian vernacular. The research is based on the need to critically review the Eurocentric paradigms that have ignored the centrality of the African diaspora in the linguistic formation of Latin America, particularly in Brazil. The theoretical contribution is anchored in contact sociolinguistics (Thomason, 2001; Petter, 2014) and in the critique of colonial glotopolitics, also incorporating Afrocentric perspectives from authors such as Pessoa de Castro (2002), Bonvini (2014) and Parkvall (2012). Methodologically, it combines documentary analysis, linguistic description and an ethno-historical survey, based on linguistic maps, data from the Atlantic traffic and ritual records from Afro-religious communities. The results point to the structural permanence of African lexical and syntactic elements in Brazilian Portuguese, highlighting processes of creolization, decreolization and linguistic resistance. The research also reveals that glotopolitical practices have contributed to the marginalization of these languages, transforming them into peripheral identity marks. It is therefore planned to expand studies on the intersection between language, memory and ancestry in the diaspora, as well as to promote linguistic policies that recognize diversity as the foundation of the Latin American and Afro-Atlantic experience, in other words, the Afro-Brazilian experience.

Keywords:

Afro-Brazilian Portuguese; language contact; Africanities.

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o presente artigo tem por objetivo analisar a presença e a resiliência das línguas africanas, com ênfase na língua *fon-*gbè**, nos processos históricos e linguísticos que conformaram a constituição do português brasileiro. A pesquisa se insere em uma perspectiva afrocentrada e decolonial, que busca romper com os paradigmas eurocêntricos que historicamente invisibilizaram a contribuição linguística africana no Brasil, sobretudo no que tange à formação lexical, fonológica e sintática da variedade brasileira da língua portuguesa.

Partindo do complexo campo da Linguística Africana — com foco nas línguas do grupo Kwa e, particularmente, nas línguas Gbè faladas no território do atual Benim — este estudo propõe um mapeamento tipológico, histórico e socioetnográfico da presença dessas línguas no Brasil, a partir da análise de dados linguísticos, registros documentais e referenciais teóricos consolidados da sociolinguística do contato e da crioulista.

A justificativa da pesquisa reside na necessidade urgente de reconhecer o papel estruturante das línguas africanas na formação da identidade linguística brasileira. A ausência de reconhecimento oficial e a fragilidade dos registros históricos, muitas vezes mediados por olhares externos e coloniais, não impediram que comunidades afro-brasileiras preservassem, por meio da oralidade e dos rituais religiosos, elementos fonológicos, morfossintáticos e léxicos herdados de línguas como o fongbè, o ewe, o yorubá e o kimbundo. Este trabalho visa, portanto, promover um resgate linguístico que não é apenas científico, mas também político e epistêmico, propondo uma reconfiguração do lugar da africanidade nos estudos linguísticos brasileiros.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem interdisciplinar, articulando a análise linguística descritiva com dados etnográficos e historiográficos. O estudo ancora-se nas contribuições de autores como Parkvall (2012), Bonvini (2014), Pessoa de Castro (2002), Mendonça (1935[2012]) e Petter (2014), os quais debatem, em diferentes frentes, a complexa tessitura do contato linguístico afro-luso-brasileiro. As análises são desenvolvidas a partir de mapas linguísticos e históricos, dados demográficos sobre o tráfico transatlântico, testemunhos etnográficos e registros lexicais ritualísticos, evidenciando a permanência das línguas africanas no léxico afro-religioso e cotidiano brasileiro.

Como resultado, o artigo demonstra que a africanidade linguística não está simplesmente relacionada ao misticismo folclórico ou à oralidade marginal, mas constitui uma base estrutural da língua falada no Brasil, com manifestações vivas e documentáveis, especialmente nos vocabulários dos terreiros e nos falares populares. Ao mesmo tempo, os dados aqui sistematizados revelam a insuficiência dos modelos tradicionais de análise que desconsideram a pluralidade linguística como fundante da experiência brasileira.

Projetando-se ao futuro, esta pesquisa contribui com o avanço de uma linguística crítica, comprometida com a justiça epistêmica e a valorização das línguas africanas como fontes legítimas de saber. Defende-se a urgência de se ampliar os estudos sobre o contato linguístico afro-brasileiro em bases não-coloniais, promovendo a documentação e revitalização desses falares enquanto patrimônio imaterial do país. Este trabalho é, assim, uma convocatória para que a linguística brasileira se reconcilie com sua história e reconheça, enfim, que falar português no Brasil é também falar em múltiplas expressões de Africanidades.

LINGUÍSTICA AFRICANA: ORIGEM, TIPOLOGIA E ESPACIALIDADES

É nesta seara a que se afilia este trabalho de investigação sobre a realidade sociolinguística do Brasil, que, por sua vez, pode ser compreendido como um grande território remanescente de quilombo, de resistência negra e de manutenção da cultura africana. Baseando-se no fato de que se precisa dar a nós mesmos nossa agência, como sujeitos participativos da construção de nossa história, da história do Brasil, esta pesquisa caminha em um processo de reconstrução do ser negro a partir do compartilhamento, do reconhecimento e do respeito à coletividade ancestral em territórios pretos afrodiáspóricos e contra a corrente colonial de tentativa de apagamento de nossa memória.

Além disso, a partir do viés pragmático – epistemologicamente em diálogo com a Sociolinguística –, focado no uso, na interação, na importância do contexto de falas e nos propósitos comunicativos dos falantes, a língua pode ser concebida como um meio de expressão/comunicação e seu estudo deve levar em consideração o conhecimento compartilhado entre os interlocutores, pelas normas sociais, pelos objetivos comunicativos e pelas inferências contextuais. Assim, a compreensão da língua vai além das estruturas formais e considera também os aspectos pragmáticos, de ação linguística, do fazer a língua. Ou seja, a análise gramatical não deixa de ser importante, mas configura-se apenas como uma parte do quadro geral de análise linguística.

Ao iniciar esta seção do artigo, apresentam-se alguns mapas para discussão temática. A título de exemplificação, verifica-se, a partir da classificação tipológica de Greenberg (1955; 1963), obra fundamental da linguística africana, sobretudo no que se refere à documentação e categorização de línguas fora do eixo branco colonialista e imperialista euro-estadunidense, que a língua fongbè é classificada no tronco linguístico Congo-cordofaniano, região subsaariana, família Nígero-congolésa, África ocidental, da sub-família Kwa e grupo Gbè. Esta língua possui 2 milhões de falantes no Benim e 36 mil na Nigéria, além de ter bastante influência na constituição do crioulo haitiano e no léxico do espanhol da República Dominicana.

Através deste panorama, bem observado em Pessoa de Castro (2002), pode-se aprofundar um pouco mais aos estudos de africanística, conhecendo a estruturação de classificação tipológica de cerca de mais de 2000 línguas faladas em África. Faz-se importante informar que estas línguas podem ser classificadas dentre quatro troncos linguísticos, de acordo com Heine e Nurse (2000) e Wolff (2019): 1. Nígero-Congolés (Congo-cordofaniano de acordo com Pessoa de Castro, (2002)), 2. Nilo-Saariano, 3. Afro-Asiático e 4. Coissá:

1. é concebido como o mais numeroso, com mais de mil línguas que ocupam um território que se estende da direção sul do Saara ao cone sul-africano e do Oceano Atlântico ao Pacífico;

2. possui cerca de cem línguas (Sudão, Etiópia, Uganda, Quênia e norte da Tanzânia);
3. denominava-se hamito-semíticas (300 línguas) e cuja origem remonta ao século XII, com sua entrada no continente africano a partir das invasões islâmicas; e, por fim,
4. possui as línguas com maior diversificação estrutural, desde o nível fônico ao nível léxico-semântico, e um dos povos mais antigos do continente pelo fato de possuírem maior variabilidade genética cujo cromossomo Y sugere à origem da humanidade.

Neste tronco (4), falado na região austral do continente originário, Namíbia, Botsuana, sul de Angola e África do Sul, segundo a autora, encontra-se a língua mais complexa do mundo, a !xóó / *Taa ǀaan*, uma língua com 26 sons vocálicos, a partir de cinco tipos de vogais plenas, murmuradas, glotalizadas, faringizadas e estridentes. Ademais, a língua !xóó apresenta 83 sons clique e afixos ao verbo, marcando gênero do sujeito e do objeto e formando palavras que podem apresentar dois prefixos e três sufixos.

Após conhecer os troncos, deve-se passar às famílias, sub-famílias, grupos e sub-grupos linguísticos, nessa perspectiva tipológica. Do tronco (1) Nigero-Congolês – que Pessoa de Castro (2002) classificou como Congo-cordofaniano, mas que atualmente esse termo é considerado uma subdivisão do primeiro – surgem as famílias (a) níger-congolesa e (b) cordofaniana, localizadas na região sub-saariana. A família (b) é composta por um pequeno grupo de línguas pouco conhecidas faladas na região do Cordofão, no Sudão e a família (a), por ser a mais extensa do continente, concentrada na África ocidental, central, oriental e meridional distribui-se em seis ramos, denominados de sub-família:

1. Atlântico Ocidental (Cabo Verde, Senegal, Gâmbia, Guiné e Serra Leoa),
2. Mandê (Costa do Marfim, Serra Leoa, Libéria, Guiné, Gana e Mali),
3. Voltáico (Burkina Fasso, Gana, Mali, Costa do Marfim, Togo e Benim),
4. Kwa (Benim, Togo, Gana e Nigéria), os quatro localizados na África Ocidental,
5. Benue-Congo (Camarões, Gabão, Congo Brazzaville, Congo Kinshasa, Angola, Namíbia, África do Sul, Zimbábue, Zâmbia, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Malauí e Moçambique), na região Banto da África Subequatorial, e
6. Adamaua Oriental (República Centro-Africana), da África Oriental.

Além do tronco linguístico (1), o único tronco de línguas africanas que possui famílias é o (3) Afro-asiático. As famílias pertencentes a este são chádico (hauçá), semítico, egípcio antigo (Kemet), cuxítico/cuxita (Kush) e berbere.

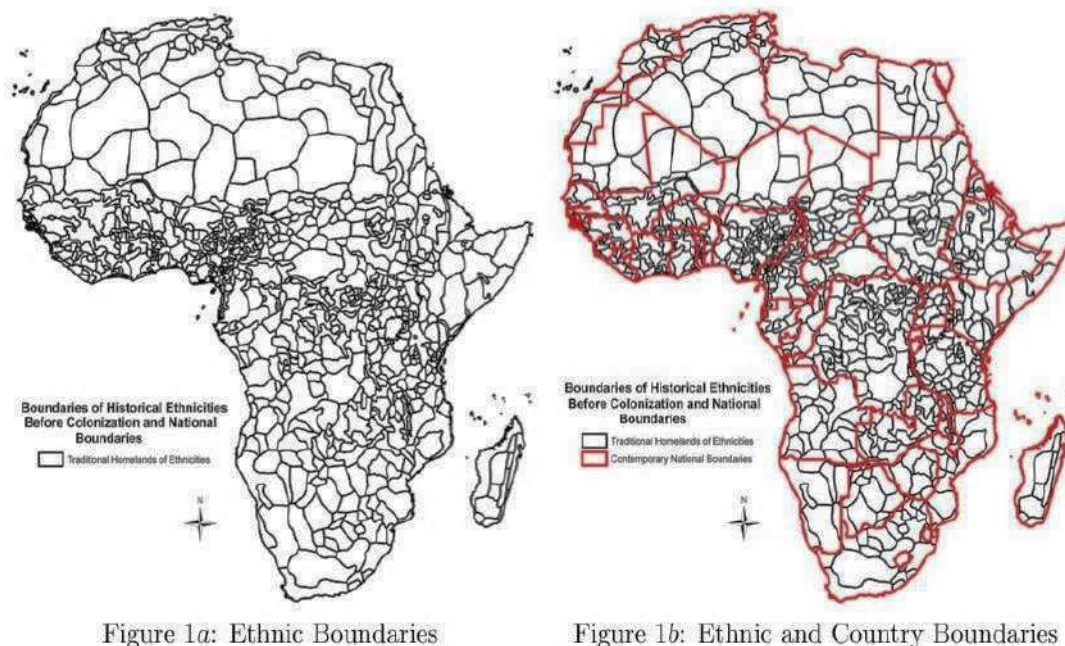


Figura 1. Mapa das fronteiras étnicas em contraste com as fronteiras nacionais.

Fonte: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/voce-sabe-quantas-etnias-existem-na-afrika.phtml>. Acesso em 10 de março de 2024.

O mapa da figura 1, que trata das fronteiras étnicas da África em contraste com as fronteiras nacionais após o imperialismo europeu, aponta para uma diversidade étnico-cultural dinâmica. Têm-se em vista a riqueza de seus recursos naturais, com grupos que se diferenciam de acordo com suas crenças e espiritualidade ancestral, com suas práticas alimentares e de vestimenta, com seu modo de pensar o mundo e aspectos físicos diferentes, distribuídos em troncos linguísticos tão distintos quanto a língua portuguesa está para a língua alemã.

Dessa maneira, as delimitações de etnias, grupos sociais e linguísticos distintos, presentes no mapa comprovam o que foi mencionado, negando qualquer tipo de atitude racista de homogeneizar dados da realidade africana. Expressões de senso comum de que África é um país, cultura africana, religiões africanas, arte africana, línguas africanas etc (englobando todos os 54 países africanos em uma cultura somente) devem ser combatidas não só por questões ideológicas, mas, sobretudo, por questões científicas, pois não existe uma arte ou uma religião africana, mas uma grande variedade delas e com suas devidas ramificações.

Evidenciam-se informações linguísticas primordiais da região ocidental e parte da região central da África, cuja relação com o Brasil é histórica e remonta séculos. As línguas banto umbundo, kimbundo e kikongo se localizam em toda região ao sul da Nigéria, desde Camarões e Guiné até ao Gabão, Congo e Angola. Já as línguas Kwa abrigam as línguas Gbe (chamadas no Brasil de línguas jeje, como o fon, ewe, aja, mina, gun etc) e as da subfamília akan (fanti, ashanti, twi etc). O grupo

étnico Grunsi, da região do norte de Gana e Togo, da família de língua Gur também formava parte do povo jeje do século XVIII na Bahia.

O yorubá e as outras línguas da Nigéria, como o Edo, Ibó, Ijó, antes eram acolpadas na família linguística Kwa, mas contemporaneamente se separou dela formando sua própria família, a Benue-congo, de ramificação defoide, por possuírem características tipológicas bastante diferentes das línguas Kwa. As famílias linguísticas Mandê e Atlântico abrigam línguas que não constam especificamente no artigo por isso não se deterá a comentá-las (Wolof, Fula, Mandinka, Balanta, Bambara, Malinque, Sussu, Kissi etc). Assim, portanto, cabe apresentar o seguinte mapa da figura 2, para exposição visual das informações relatadas acima.

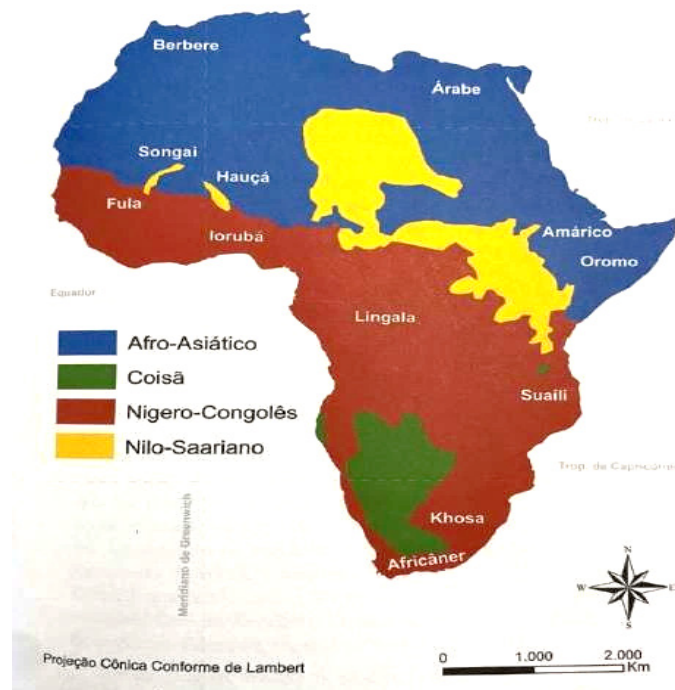


Figura 2. Mapa dos troncos linguísticos de África

Fonte: PETTER, M. M. T., 2014 (apoio de MENEGATTO, M. S.).

Evidências científicas atestam que há atualmente cerca de 500 grupos étnicos no continente africano, com mais de 2000 línguas, tendo somente o grupo banto mais de 500 variedades linguísticas, segundo os dados do site *Ethnologue* de Eberhard, Simons e Fennig (2025) e com base também em Grimes (1998). A figura 2 evidencia a divisão tipológica das línguas africanas em um mapa dos troncos linguísticos: 1) Afro-asiático, 2) Coissã, 3) Nígero-congolês e 4) Nílo-saariano.

Nessa perspectiva, esta seção finaliza-se com uma reflexão sobre as noções modernas de nação e de fronteira, no sentido em que a partir do momento cruel denominado de Partilha da África, na Conferência de Berlim, em 1885 (Brunschwig, 1972), países imperialistas como Inglaterra, França, Alemanha e Itália, incorporaram grupos étnicos muito diferentes entre si em territórios únicos e passaram a

controlar aquela nova colônia com novas fronteiras, novos costumes, nova religião e nova língua, um atentado gigante de violência física e simbólica.

HISTÓRIA SOCIAL DAS LÍNGUAS DA CONEXÃO ÁFRICA-BRASIL

Nesse viés analítico, chega-se à historiografia específica da costa africana, especialmente do Benim, antigo reino do Daomé, cujo território habitou e habitam povos fon e yoruba, grupos étnicos muito importantes para esta pesquisa. A historiografia do antigo reino do Daomé é um campo de estudo fascinante para pesquisadores interessados na história da África Ocidental e das culturas afrodescendentes, pois a referida região é uma das principais marcadas pelo tráfico transatlântico e uma das mais diversas em etnicidade na relação entre África-Brasil, estando seus descendentes presentes em muitos estados do país, sobretudo Bahia, Maranhão, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Verifica-se que o Daomé existiu entre os séculos XVII e XIX, período em que se tornou um importante centro de comércio transatlântico de escravos e desenvolveu uma rica tradição religiosa, incluindo o culto dos orixás, a religião do vodu e o culto aos ancestrais. Entre seus amplos estudos, se dedicaram ao estudo do Daomé Paul Lovejoy, James Sweet e Henry John Drewal. Esses pesquisadores têm contribuído para a construção de uma narrativa complexa e multifacetada sobre a referida região, que aborda questões como a organização política e social do reino, o comércio transatlântico de escravos, a religião e as práticas culturais, as relações com outras sociedades da África Ocidental e com os europeus e a diáspora africana.

Além disso, a historiografia do Daomé tem sido objeto de debates e controvérsias, especialmente em relação à interpretação dos registros históricos e à construção de narrativas nacionais. Alguns autores argumentam que a ênfase excessiva na violência e na escravidão pode obscurecer outras dimensões importantes da história do reino, como a sua cultura e a sua riqueza material e artística. No entanto, a pesquisa continua a avançar, sobretudo com este artigo, revelando novas informações e perspectivas sobre sua história e suas implicações para a história africana e global.

O Reino de Daomé era um antigo estado africano localizado na região onde hoje se encontra o Benin, na África Ocidental. Sua história remonta ao século XVII, e durante séculos foi uma importante potência regional, caracterizada pela sua organização militar, política e social. Uma das obras mais importantes sobre o tema é justamente “Os Dois Reis do Danxomé”, de 2000, da historiadora francesa radicada no Brasil, Claude Lépine. Nesse livro, Lépine analisa as relações entre o Reino de Daomé e a França durante o período colonial, destacando o papel dos dois últimos reis Glele (1858-1889) e Behanzin (1889-1894).

A pesquisadora faz uma análise minuciosa da vida e do reinado desses dois líderes, descrevendo suas estratégias políticas e militares, bem como suas relações com os europeus. Além disso, ela também aborda outros aspectos importantes da história do Daomé, como sua organização social e religiosa, as práticas de escravidão e o comércio de escravos, a economia e a cultura. Considera-se a obra de Lépine uma das mais importantes e influentes sobre a história do território, sendo uma referência obrigatória para aqueles que desejam compreender a história desse antigo reino africano.

A autora utiliza uma abordagem histórica e etnográfica para retratar a sociedade e a cultura do reino de Daomé, bem como os eventos políticos e militares que ocorreram durante o período em que Glele e Behanzin estavam no poder. Lépine também se concentra nas tradições religiosas e culturais do povo fon, que constituía a maioria da população do reino. “Os dois reis de Daomé” é considerado um livro importante na história e na antropologia da África Ocidental, e é frequentemente citado por estudiosos que se concentram nessa região. A obra também é apreciada por sua riqueza de detalhes e pela habilidade do autor em transmitir a complexidade da história e da cultura de Daomé.

Segundo Lépine (2000), entende-se que a história do Daomé é inseparável da do tráfico de escravos e que o poder do reino se assentava sobre ele, sendo este um dos motivos de seu poderio e riquezas. Os escravos eram a base econômica e social do Daomé, sem eles o reino não teria sido capaz de manter sua posição hegemônica na região. O culto aos ancestrais era uma parte fundamental da religião e da cultura do Daomé e era através dos ancestrais que se estabelecia a conexão entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos, e também era através deles que se mantinha a unidade da família e da comunidade.

O rei do Daomé era considerado como um deus vivo e tinha um papel central na vida religiosa e política do reino. Ele era o responsável por garantir a segurança e a prosperidade do povo, bem como por manter a paz e a harmonia entre as diferentes classes sociais. Ademais, a arte e a cultura do Daomé eram ricas e variadas, com destaque para a escultura em madeira, os tecidos coloridos e a música tradicional. Essas expressões culturais eram valorizadas como forma de manter a identidade do povo e de honrar os ancestrais.

Ao passo que se discutiu sobre questões sociohistóricas de África com foco no ocidente africano, neste momento volta-se o olhar especificamente à história africana no Brasil. Há muitos autores que versam sobre a sociohistória da língua portuguesa em território brasileiro, com uma larga produtividade de fontes científicas, no entanto para este artigo o percurso teórico se delimitará em alguns pesquisadores que serão detalhados ao longo do trabalho. Inicia-se com os estudos de Marcos Abreu Leitão de Almeida e Mikael Parkvall, partindo-se às pesquisas de Heliana Mello, Emilio Bonvini e Margarida Petter, notáveis linguistas africanistas.

Baseando-se em Almeida (2014), expõe-se algumas figuras de tabelas elaboradas pelo projeto *Slavevoyages*, desenvolvido pela Universidade de Emory e sob

coordenação de David Eltis e Martin Halbert. Compreende-se que seja interessante tratar sobre a socio-história do Brasil delimitando os números e quantificações das populações negro-africanas sequestradas pelo tráfico transatlântico, bem como as indicações dos portos de chegada e as características de cada realidade escravocrata. O mencionado projeto das “viagens dos escravos” disponibiliza um robusto banco de dados sobre o tráfico transatlântico de escravos, baseado em informações de 34.948 viagens negreiras realizadas entre os séculos XVI e XIX, de um total estimado em 41.190 viagens. Segundo Almeida (2014, p. 356):

Tais informações foram coligidas não apenas a partir de estudos anteriores de outros pesquisadores, mas também através da compilação e processamento de documentação variada, em diferentes arquivos ao redor do mundo. Dessa forma, informações sobre os navios, portos de embarque e desembarque, tripulações e escravos carregados a bordo foram incorporadas ao banco e transformadas em variáveis. Apesar disso, o banco de dados fornece sólido e rico conjunto de informações fundamentais para o estudo das transformações culturais, demográficas, políticas e econômicas do tráfico atlântico de escravos entre o final do século XVI e meados do XIX.

Desembarque	Brasil
1561-1600	29.275
1601-1650	320.406
1651-1700	464.050
1701-1750	891.851
1751-1800	1.097.166
1801-1850	2.054.726
1851-1856	6.899
Total	4.864.374

Tabela 1 Tabela sobre o tráfico negreiro da África-Brasil (1561-1856).

Fonte: Almeida (2014, p. 356).

Na tabela 1, há uma tabela específica sobre o contingente de africanos negro escravizados sequestrados para o Brasil, organizado em sete períodos divididos por 50 anos entre si, com o número massivo e assustador de quase 5 milhões de africanos escravizados. Sabe-se que o tráfico transatlântico se inicia em 1530 e que até 1600 os grupos étnicos mais determinantes eram os da Alta Guiné (Libéria e Senegal) e da África central (Congo e Angola). Com a fundação da cidade e porto

de Luanda em 1576, há uma esmagadora predominância de africanos dessa região sendo sequestrados, sobretudo por conta das guerras civis angolanas e congolezas provocadas pelos colonizadores.

Essas guerras favoreciam a captura e sequestro em massa dessa população, propósito basilar do sistema colonial, tanto que 93% dos africanos eram de origem centro-africana até 1690 (Almeida, 2014), havendo um equilíbrio entre as etnias centro-africanas e da costa ocidental só nos séculos XVIII e XIX, período em que o número de escravizados passou dos 2 milhões.

África/embarque		1501-1856					Brasil/desembarque	
		Amazônia	Bahia	Pernambuco	Sudeste	Não especificado	Total	
África Ocidental	Senegâmbia e ilhas	84.784	11.670	5.349	4.076	3.229	109.108	
	Serra Leoa	42	6.939	0	1.727	126	8.835	
	Costa do Barlavento	0	2.173	3.449	0	539	6.161	
	Costa do Ouro	0	12.771	47.355	3.442	910	64.478	
	Baía do Benim	2.539	729.969	88.178	49.641	6.707	877.034	
	Baía de Biafra	3.256	70.441	27.450	20.629	841	122.617	
África Centro-Ocidental		50.251	693.233	666.947	1.952.923	33.555	3.396.909	
África Oriental		1.359	23.159	15.105	231.476	8.134	279.232	
Total		142.231	1.550.355	853.833	2.263.914	54.041	4.864.374	

Tabela 2. Tabela sobre as regiões envolvidas no tráfico negreiro África-Brasil (1561-1856).
Fonte: Almeida (2014, p. 357).

Na tabela 2, há uma tabela com detalhes das regiões, portos e baías, envolvidas no tráfico transatlântico de negros africanos. Cabe comentar que a região brasileira com o número mais significativo de desembarque de escravizados é a Sudeste, mais de 2 milhões, sobretudo para o trabalho de extração de minérios nas Minas Gerais e para as plantações de café e servidão à Corte Real Portuguesa no Rio de Janeiro. Outros importantes comentários a serem feitos referem-se ao número massivo de africanos do Benim/Nigéria transportados para Bahia e o grande contingente de africanos de Congo/Angola para o Sudeste.

Logo, sobre esta pesquisa, que versa sobre a realidade de culto africano no Brasil, com as denominadas religiões de matrizes africanas, entende-se que este fato demográfico explica o forte estabelecimento da nação Jeje e Ketu na Bahia e da nação Congo/Angola no Rio de Janeiro e Minas Gerais, até os dias atuais. Há grupos étnicos fortemente fundamentados na Bahia de origem beninense, como em Cachoeira e em Salvador, os fon, ewe, mahi, savalu, grunsi, mudubi, etc, ao passo

que no Sudeste há grandes *Nzo*, casas de culto banto que louvam seus ancestrais *minkisi*, desde o Ntumbensi e Tumba Junsara ao Bate Folha e a Gomeia.

África Ocidental							África Centro-Ocidental	África Oriental	Total
	Senegâmbia e ilhas atlânticas	Serra Leoa	Costa do Barlavento	Costa do ouro	Baía de Benim	Baía de Biafra			
1561-1600	0	0	0	0	0	482	28.793	0	29.275
1601-1650	7.504	0	0	642	4.034	5.157	303.069	0	320.406
1651-1700	1.969	0	904	9.608	49.292	9.481	385.029	7.768	464.050
1701-1750	9.603	494	5.257	49.608	320.887	27.051	477.742	1.210	891.851
1751-1800	50.171	42	0	850	274.120	9.063	757.207	5.714	1.097.166
1801-1850	39.862	8.299	0	3.770	227.180	71.382	1.441.720	262.513	2.054.726
1851-1856	0	0	0	0	1.521	0	3.350	2.028	6.899
Total	109.108	8.835	6.161	64.478	877.034	122.617	3.396.909	279.232	4.864.374

Tabela 3. Tabela sobre as regiões de embarque na África (1561-1856).

Fonte: Almeida (2014, p. 360).

Regiões de Embarque		Senegâmbia	Serra Leoa	Costa do Ouro	Baía de Benim	Baía de Biafra	África Centro-Ocidental e Sta. Helena	África Oriental	Total
Regiões de Desembarque									
Brasil	Amazônia	1.946	0	0	0	1.354	1.154	0	4.454
	Bahia	0	6.651	0	66.932	5.793	19.225	1.535	100.136
	Pernambuco	109	0	136	350	140	51.665	2.125	54.525
	Sudeste	581	1.213	0	15.799	9.570	460.104	92.004	579.271
	Brasil não especificado	84	0	0	0	0	5.849	0	5.933
Total		2.721	7.864	136	83.081	16.856	537.997	95.664	744.319

Tabela 4. Tabela sobre a importação de africanos para o Brasil (1831-1850).

Fonte: Almeida (2014, p. 75).

Nas tabelas 3 e 4, é possível notar mais informações sobre o tráfico transatlântico de negros escravizados. Na tabela 3, há um detalhamento das informações da tabela 1, em que além de expor o número massivo de africanos escravizados, especifica-se sua origem étnica/geográfica ao decorrer do tempo (mais de 300 longos anos). Já na tabela 4, evidencia-se que, mesmo proibido o tráfico desde 1817 pela Inglaterra, o comércio irregular se manteve até 1850.

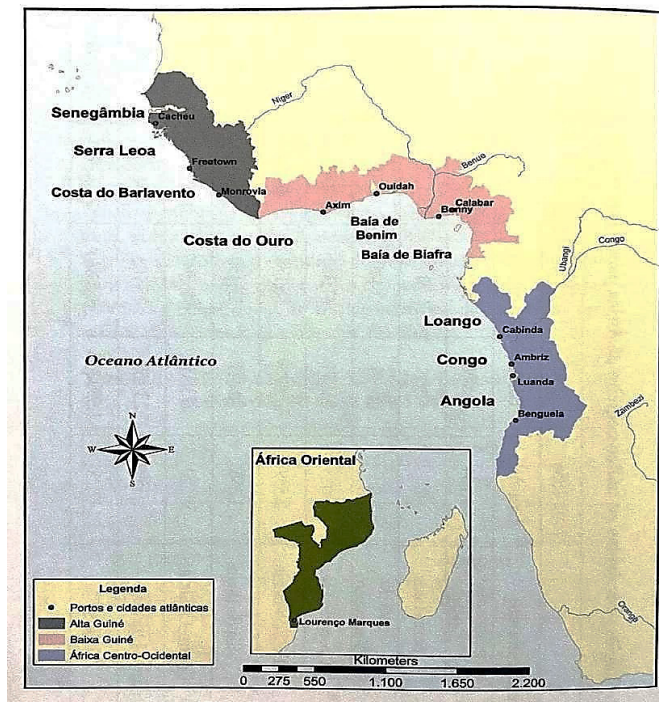


Figura 3. Mapa do tráfico de escravos entre regiões e portos africanos.
Fonte: Almeida (2014, p. 358).

De forma geral, a figura 3 apresenta didaticamente no mapa político da costa africana ocidental as principais regiões relacionadas ao comércio do tráfico transatlântico de negros africanos escravizados em direção às Américas, sobretudo ao Brasil. Cabe destacar a importância inicial dos portos de Luanda e Benguela, onde era a origem de mais de noventa por cento de africanos até o fim do século XVII, depois da Costa do Barlavento e, em seguida, da costa do ouro e das Baías do Benim e de Biafra (Nigéria).

Nessa perspectiva de estudos sobre a socio-história da língua portuguesa e de contato linguístico e cultural das línguas africanas com as línguas indígenas e a língua portuguesa em solo brasileira, chega-se a Parkvall (2012, p. 279):

Embora alguns iorubás tenham sido vendidos para ser levados às Américas no começo do século XVIII, sua participação no volume total exportado a partir dessa região excedeu os 10% na década de 1740 – levando em conta todas as exportações africanas, essa porcentagem seria naturalmente muito menor – e somente no século XIX se tornou verdadeiramente importante (Manning, 1982, p 250 e 335-337). Naturalmente, a essa altura, as línguas crioulas (e, imaginamos, as fórmulas religiosas crioulas) estavam estabelecidas de longa data. Julgando apenas a partir de evidências históricas e demográficas, esperaríamos que o impacto do iorubá nas comunidades africanas do Novo

Mundo seria mínimo. E, ainda assim, pelo menos em termos de crenças religiosas, parece que esse não foi o caso.

O autor evidencia o fato de que a variação das crenças que se relaciona com a religião ou com o sobrenatural é claramente africana, como no Haiti, onde o culto vodú é particularmente forte, mesmo a maioria se autodeclarando católica, mas sendo em sua quase totalidade praticante do vodú. No que tange à América, a maior expressão do grupo linguístico *gbe* (família kwa, Costa Ocidental Africana, Benim/Togo) está no Haiti, em suas práticas culturais, sejam elas linguísticas ou religiosas. Esse grupo, no Brasil, se aglomerou em pequenas regiões de Minas Gerais, no Recôncavo Baiano – Cachoeira – e no Maranhão, com a rainha Ná Agontimé.

Além disso, Parkvall estabelece que essas tradições vodú estiveram presentes no passado também nas Pequenas Antilhas francesas e na Luisiana (EUA), neste caso totalmente relacionado à imigração de antilhanos ocorrida no século XIX. Sobre a relação profícua entre língua e religião, Pessoa de Castro e Castro (1977) *apud* Parkvall (2012, p. 279) dizem:

as práticas religiosas se cristalizam num estágio relativamente antigo, mas o caso de algumas culturas afro-americanas mostra que essa evidência precisa ser tratada com alguma cautela. Por exemplo, o iorubá parece ter desempenhado um papel decisivo na formação dos cultos afro-brasileiros, refletido no número de itens lexicais de derivação iorubá no português brasileiro vernáculo.

Ao versar sobre a realidade linguística da costa ocidental africana, sobretudo da baía do Benim ou costa dos escravos, como era conhecida, por conta do grande número de negros escravizados sequestrados através dessa região, Parkvall cita Patrick Manning quando detalha os grupos linguísticos desses indivíduos, podendo observar essa discussão atualizada em Manning (2009). Apresenta-se que a referida região forneceu pessoas escravizadas falantes de línguas kwa do grupo *gbe* (tendo como principais representantes o *ewe* e o *fon*) e, por outro lado, falantes de línguas *benue-congo*, como o *yorubá*, que é uma “língua defoide” (Watters, 2000, p. 196; Bamgbose, 2000, p. 221).

Antes de 1730, os deportados da Costa eram quase todos *ajás*, isto é, falantes de línguas *gbe*. Curiosamente, os *iorubás*, cuja língua é frequentemente usada como evidência nas discussões dos substratistas, quase não aparecem de maneira nenhuma antes dos anos 1740. A presença de falantes de *nupe* começou a ser relatada mais ou menos na mesma época, seguida pela de

línguas não delto- benuicas como o hauçá perto do fim do século XVIII. (Parkvall, 2012, p. 238)

Antigamente, nas descrições de Greenberg, sobre as línguas africanas, o yorubá, compunha a família linguística Kwa, mas com o avançar das pesquisas científicas, notaram-se diferenças gramaticais bastante significativas entre o fongbè e o yorubá, por exemplo. A título de exemplificação, a língua Fon possui quatro tons fonológicos, distintivos de significado (baixo/descendente, médio/linear, alto/ascendente e modular/modulado), já a língua Yorubá possui três tons, todos exceto o modulado ou de contorno. Dessa forma, o fongbè é caracterizado como língua Kwa e o yorubá como língua Delto-benuica, haja vista que são incompreensivas entre si, embora haja semelhanças tipológicas.

Nessa perspectiva, o autor continua o raciocínio de análise contrastiva entre línguas africanas presentes na história social de formação do Português Brasileiro. Parkvall (2012, p. 22) postula que seja “necessário considerar um grande número de substratos potenciais, porque diferenças de grande alcance podem ser exibidas mesmo por línguas de parentesco muito próximo”. Assim, continua a proposição apontando o seguinte postulado:

Próximo à foz do Congo, no começo dos anos 1500, os portugueses exportaram, sobretudo, membros dos povos que viviam ao redor da enseada de Malembo, mas depois de 1530 o comércio se expandiu mais para o interior ao longo do rio e para o sul em direção à área que fica ao redor de Luanda (Thomas, 1997, pp. 109-110 e 130-132). As línguas concernidas são relacionadas de maneira relativamente próxima, e a distância entre o quicongo e o quimbundo é, por assim dizer, parecida com a que existe entre o espanhol e o português. Os historiadores do tráfico escravo Linda Heywood e John Thornton avaliam que as exportações a partir dessa área, entre 1615 e 1640, eram compostas por mais ou menos 45% de falantes de quimbundo, 25% de falantes de quicongo e 30% de falantes de línguas intermediárias. (Parkvall, 2012, p. 238).

Ao pensar em línguas europeias, têm-se diferenças tipológicas como o artigo definido em línguas anglo-germânicas ser anteposto como morfema livre e em línguas escandinavas um sufixo, morfema preso; o inventário fonológico de vogais do espanhol ser de 5 fonemas e o do português ser de 12 e o francês, 16; a complexidade no paradigma verbal de conjugação e pessoalização do sujeito do espanhol e a simplificação total no francês e este fenômeno como mudança em tempo real do português brasileiro, semelhante a línguas anglo-germânicas; a sistematização e uso

produtivo da diversidade de pronomes em espanhol e em francês e sua escassez no português, sendo alguns totalmente obsoletos. Essas e outras diferenças tipológicas cruciais em línguas próximas só evidenciam o fato de que em África não seria diferente. Ou seja, a diversidade multilíngue do território suscita também em uma complexidade tipológica entre línguas próximas, como o fon e o yorubá, por exemplo, por mais que nutram semelhanças, também.

Parkvall (2012, p. 50) expõe que as obras de Salikoko Mufwene sustentam que os “crioulos são compostos de características selecionadas a partir de um fundo comum para o qual contribuíram em primeiro lugar e acima de qualquer outra a língua lexificadora, mas também em alguma medida as línguas-substrato”. Ou seja, línguas com o *status* de substrato não são um mero canal pelo qual passa a substância linguística, o material da língua lexificadora, mas a base gramatical que formará o vernáculo de uma futura língua, talvez um crioulo ou um pidgin. Além disso, há a máxima de que o desenvolvimento dessas novas realidades linguísticas produzidas a partir do contato, se constroem e se caracterizam muito mais por questões externas, extralinguísticas, do que por componentes gramaticais que atuam como input na composição destas novas línguas.

Nessa linha de raciocínio, a partir de um pensamento em contrapartida a Mufwene, tem-se Holm estabelecendo universais linguísticos acima da noção de substrato/superestrato:

Holm (1992, p. 62) e Holm (1987, p. 407, 420 e 474) afirmam que há “abundantes evidências” de que o português brasileiro não padrão deriva em parte do CP (Crioulo/Pidgin) de São Tomé, apoiando-se num certo número de traços não espetacularmente notáveis do português brasileiro. Alguns desses traços, tais como a falta de inversão nas sentenças interrogativas, a palatalização das oclusivas alveolares, a falta de certos tipos de concordância e a redução da morfologia verbal, são tais que é igualmente difícil encontrar línguas que não tenham esses traços “brasileiros” e línguas que os tenham. Em outras palavras, o contato com praticamente qualquer língua, e não somente o são-tomense, teria produzido os mesmos resultados. (Parkvall, 2012, p. 51)

Em suma, Parkvall defende a posição de que para se afirmar que uma língua influenciou, de fato, no surgimento de outra ou de uma nova variedade significativa, os aspectos gramaticais em questão na pesquisa científica devem se caracterizarem como idiossincráticos, até determinada maneira. O autor ainda aponta que esse posicionamento pode ser bastante encontrado na linguística histórica e corroborado em obras sobre o contato linguístico. No entanto, ao mesmo tempo, essa visão é

largamente negligenciada na crioulista, chegando a ser recusada em Lefebvre (1998).

EM DEBATE, A CONSOLIDAÇÃO DO PORTUGUÊS AFROBRASILEIRO

Nesse viés analítico, tem-se o estudo primordial de Bonvini (2014), que apresentou à sociedade acadêmica um texto detalhado e completo sobre a relação entre o português falado no Brasil e as línguas africanas. O autor menciona que esse tema atraiu a atenção dos estudiosos da Linguística desde o início do século XIX. Primeiramente, nos estudos linguísticos sobre o contato de línguas africanas com o português brasileiro havia muitas pressuposições que os pesquisadores denominavam de fatos, depois afirmações com poucas provas e, por último, uma negação de muitos aspectos desse referido contato.

Seja de uma forma ou de outra, segundo Bonvini, o contato entre o português brasileiro e as línguas africanas presentes neste território era objeto de um vivo debate sociolinguístico, desde termos como “influência” e “contato” até conceitos mais robustos como “semicrioulo”, “anticrioulo” ou ainda “crioulo”. Em parte, essas pesquisas partiam da direção das línguas africanas para o português brasileiro e não o contrário, ou, ainda, ambas as direções. Ou seja, o enfoque estava no “exotismo” e na busca do “diferente” das línguas africanas, em detrimento do cerne investigativo, que seria o vernáculo do Brasil, o português afro-ameríndio.

Bonvini informa que, cronologicamente, em 1935, o debate é inaugurado pela obra de Renato Mendonça “A influência africana no português do Brasil”, que analisa principalmente a contribuição banto/sudanesa para o português afro-brasileiro e, em segundo plano, uma exposição de traços gramaticais de línguas africanas usados no Brasil, bem como um grupo de palavras e de particularidades do português do Brasil que o autor considera de origem africana.

Em continuidade, a segunda obra basilar desta categoria temática refere-se a “O elemento afro-negro na língua portuguesa”, de Jacques Raimundo, que segue o mesmo esquema de Mendonça, baseando suas observações em uma investigação mais objetiva sobre as línguas africanas. Bonvini (2014, p. 17) diz “com exceção de algumas diferenças de detalhes de suas exposições, os dois (Mendonça e Raimundo) concluem que a maior parte dos aspectos característicos do PB se deve à influência das línguas africanas, principalmente o quimbundo e o iorubá”.

Especificamente sobre a obra inaugural de Renato Mendonça, sabe-se que é uma importante contribuição ao estudo da história e formação do português no Brasil, sobretudo aos aspectos das línguas africanas na composição dessa variedade do Português. Mendonça aborda a influência das línguas africanas na formação do português brasileiro, mostrando como elementos lexicais, fonéticos e gramaticais

foram incorporados ao idioma a partir do contato entre as culturas africana e portuguesa durante o período colonial. Mendonça apresenta uma visão crítica em relação à ideia de que o português brasileiro seria uma língua “pura”, sem influências externas. Ele argumenta que a presença de elementos africanos no idioma é inegável e que essas influências devem ser valorizadas como parte da riqueza cultural do Brasil.

O autor também destaca a importância da língua como elemento de resistência e identidade cultural para os descendentes de africanos no país. Ao longo da obra, Mendonça apresenta diversos exemplos de palavras e expressões do português brasileiro que têm origem africana (Banto), como “cafuné”, “quitute”, “caxumba”, “cachaça”, “banzo” (mistura de “mbanza”, que significa saudade, e “nzambi”, que significa Deus), entre outras. Em relação à morfologia, Mendonça aponta a ocorrência frequente de verbos com prefixos de origem africana, como “embrulhar”, “encangar”, “engambelar”, entre outros. Já na sintaxe, ele destaca a influência da língua banto na estruturação da frase, com a presença de pronomes pessoais átonos antes do verbo e a ausência de artigos definidos.

Um outro exemplo lexical é a palavra “cafundó”, que é de origem banto e significa “mato”, “lugar escondido”. Essa palavra foi incorporada ao português falado no Brasil e ganhou outros significados, como “lugar longínquo”, “lugar distante”, “lugar atrasado”. É interessante notar como a palavra, mesmo tendo sido incorporada, manteve sua origem e seu significado original, ganhando novos sentidos. Mendonça também discute aspectos da gramática e da fonética do idioma que foram influenciados pelas línguas africanas, como a presença constante de vogais nasais em ambientes fonéticos incomuns para o português europeu e a pronúncia de consoantes guturais.

Em convergência à essa extensa exposição do estudo lexical de Mendonça, aponta-se:

As línguas africanas, em contato com o português, exerceram uma influência direta na fonética, no léxico, na sintaxe e na semântica da língua falada no Brasil. A língua portuguesa no Brasil é, portanto, o resultado de um processo histórico complexo, que envolveu não apenas a contribuição dos povos africanos, mas também dos povos indígenas e dos colonizadores europeus. Ou seja, a língua falada no Brasil é, em suma, o resultado de uma mistura linguística e cultural que reflete a diversidade étnica e social do país (Mendonça, 2012 [1935], p. 55).

De maneira geral, a obra de Mendonça é uma importante contribuição para os estudos sobre a língua portuguesa no Brasil e para o reconhecimento da influência africana na formação da cultura brasileira. O autor estabelece que a língua portuguesa no Brasil está bem mais próxima das línguas banto do que da língua de

Portugal, tanto pelo viés analítico cultural e social quanto pelo gramatical, haja vista a fonologia e morfossintaxe do kimbundo, por exemplo, ser tão próxima do português brasileiro.

O português brasileiro não é uma simples cópia do português europeu, primeiro por não apresentar semelhança sociocultural e segundo pela estranheza do falante na percepção dessa outra variedade. O português brasileiro foi formatado pela elite portuguesa para ser o mais fiel possível do falar europeu, padronizando a colônia – e império – mas este intuito foi totalmente frustrado pela potência linguística dos africanos e indígenas, primeira pela quantidade massiva de falantes, segundo pela resistência à violência simbólica de imposição formal da língua portuguesa, com a nucleação de quilombos, ontem e hoje.

Se as gramáticas do português brasileiro representassem, de fato, a língua falada no Brasil, a realidade linguística do povo, da massa, do dia a dia, essa variedade já teria se libertado definitivamente de Portugal, seu ex- colonizador, e teria se tornado a língua brasileira. As gramáticas de língua falada até certo ponto já se encaminham para essa vertente, mas as gramáticas da língua escrita, sobretudo as clássicas, relacionadas, ainda, à literatura de séculos passados, sob uma visão preciosista e conservadora, estão bem longe da realidade gramatical do povo brasileiro.

A língua portuguesa escrita, dos instrumentos glotopolíticos como gramáticas, manuais, dicionários, livros didáticos metódicos etc, assumiu há muito tempo uma língua estrangeira para as pessoas que a estudam, principalmente em sala de aula, uma língua estranha, fora de seu contexto de uso e de seu ambiente. Nessa perspectiva, a partir dessa discussão sobre língua e política, entendida aqui como elemento primordial das decisões, práticas, representações e crenças dos sujeitos usuários da língua, cabe uma citação de Mendonça que coaduna com este debate, reforçando a importância do contato linguístico e cultural.

A presença de elementos lexicais, fonéticos e sintáticos de origem africana na língua portuguesa no Brasil é uma prova da força cultural e linguística dos povos africanos, que apesar de terem sido marginalizados e oprimidos durante séculos, conseguiram deixar sua marca indelével na cultura e na língua do país (Mendonça, 2012 [1935], p. 99).

O autor prossegue e também afirma que:

Línguas banto apresentam uma ordem que difere da do português padrão. Ora, se muitos africanos falavam línguas bantas e se estabeleceram aqui no Brasil em grande número, é natural que essa ordem tenha deixado marcas em nosso idioma. A colocação do pronome pessoal átono antes do verbo, característica

da ordem direta em banto, é um exemplo evidente. (Mendonça, 2012 [1935], p. 72).

Conforme aponta Bonvivi (2014), o período histórico brasileiro, consequentemente, a produção científica do país, influenciou decisivamente no andamento das pesquisas sobre africanidade, sobretudo ao que se referia à língua portuguesa, ferramenta principal do governo para se concretizar a nacionalidade. A consolidação do nacionalismo linguístico, atrelado à forte repressão de diversidade em geral, fez com que as pesquisas dos linguistas da época se tornassem mais conservadoras, favorecendo o português europeu para a formação do português brasileiro e esquecendo do fator afro-ameríndio. Os trabalhos desses pesquisadores estabeleciam uma unidade cultural e linguística luso-brasileira, sendo a língua concebida como o reflexo e a expressão da cultura.

Autores como Silva Neto (1950), Melo (1946) e Elia (1940), eruditos clássicos dos estudos filológicos, reexaminam a influência africana, mas com uma perspectiva bem diferente da de Mendonça e Raimundo. Os autores de vasta e reconhecida formação erudita diminuem a importância do fator africano na composição da língua portuguesa e introduzem, no debate, a hipótese da criouliização (este tema foi pioneiramente estudado pelo português Francisco Adolfo Coelho (1881), que classificou o português brasileiro com os crioulos afro-portugueses das colônias portuguesas, definindo-os, erroneamente, como simples dialetos do português europeu). Bonvini (2014, p. 17-18) afirma que:

Silva Neto (1950) sustenta que no Brasil houve somente falares africanos episódicos, crioulos e semicrioulos, que eram apenas uma deformação e uma simplificação do português. Seus vestígios atuais são os dialetos rurais. Foi a ascensão social do mestiço que transformou o português padrão em ideal linguístico e levou ao desaparecimento dos crioulos e semicrioulos. Melo (1946) desenvolve um aspecto apenas levemente tocado por Silva Neto, a ideia de que aquilo que a presença africana faz é somente acelerar as tendências latentes da língua portuguesa. Inspirado pelo conceito de deriva de Sapir, Melo desqualifica os aspectos crioulizantes que teriam um correlato românico ou pertenceriam a uma fase arcaica da língua, pois eles refletiriam o desenvolvimento ou a manutenção de um aspecto interior do português, independente de toda influência externa.

Nesse caminho, o autor continua a discussão, apresentando a visão de Elia (1979), que estabeleceu uma oposição conceptual entre crioulo e semicrioulo. Para ele, este seria um estágio preparatório para o crioulo, uma língua mista. Há um

consenso entre esses autores de que não tenham havido crioulos no Brasil, somente semicrioulos, pois o português brasileiro não integrou traços das línguas africanas, somente havendo uma fusão de culturas e assimilação de uma para com a outra. Em contrapartida, Pessoa de Castro (1976, 1980) estabelece que a contribuição africana no Brasil está intimamente inserida tanto na cultura como na gramática do português brasileiro, haja vista que uma língua seja a expressão de uma cultura e sociedade.

Ela parte do fato sócio-histórico da presença maciça de falantes nativos de línguas negro-africanas na população brasileira da época da Colônia e do Império, assim, é evidente que fatalmente traços linguísticos sejam reais e tangíveis. Embora Castro compreenda toda essa relação produtiva entre o aporte africano na língua portuguesa do Brasil, ela não o considera um crioulo, pois essa variedade linguística não possui traços estruturais comparáveis com crioulos estabelecidos nas antigas colônias inglesas, francesas e holandesas do Caribe. Bonvini (2014, p. 18) apresenta a discussão em mais autores e acrescenta que:

Mais recentemente, linguistas estrangeiros, os norte-americanos G. Guy (1981, 1989) e J. Holm (1987), reavivaram o debate sobre a hipótese de criouliização do PB. Guy (1981, 1989), trabalhando no quadro da teoria variacionista, analisou as diferenças existentes entre o português popular do Brasil e o português padrão. Concluiu que essas distinções não se devem a uma evolução linguística natural, mas mostram um processo de criouliização que teria ocorrido no passado, deixando, entretanto, traços no presente. Suas conclusões baseiam-se em dados morfossintáticos, mais precisamente na variação da concordância de número entre sujeito e verbo e entre substantivo, adjetivo e determinante. John Holm (1987), apoiando sua análise em dados comparativos de diferentes crioulos de base ibérica, considera o português do Brasil como um semicrioulo. Ele faz um estudo comparado das expressões idiomáticas do português vernacular brasileiro (PVB), “língua normalmente falada pelos brasileiros do estrato social mais baixo com pouca instrução” (1994: 51), e de línguas africanas e crioulos. Segundo o autor, essa prova léxico-semântica confirma as conclusões de seus estudos morfossintáticos anteriores. Guy e Holm encontram apoio para suas teses em dados sócio-históricos, mais precisamente demográficos.

Em seguida, o autor apresenta o famoso caso de Helvécia (cidade do Estado da Bahia – Brasil), que possuía traços linguísticos específicos de africanidade. Primei-

ramente, é importante observar os fatores demográficos e socio-geográficos para se analisar uma determinada comunidade de prática. De acordo com Bonvini (2014) e evidenciado em discussões anteriores com a leitura de Almeida (2014), no Brasil, país que abrigou cerca de 40% de negros escravizados no tráfico transatlântico, quase 5 milhões de pessoas, sendo o último país a abolir a escravidão, em 1988, entende-se que seja inegável a expressão africana no país, sendo não-científico e des-respeitoso negar essa realidade. Assim, nota-se que em certas regiões, mais isoladas, quilombolas, houve concentrações demográficas afro-brasileiras bastante elevadas, como é o caso dessa cidade do extremo sul da Bahia, Helvécia.

O pesquisador Alan N. Baxter, especialista em crioulos de base portuguesa, partindo do mesmo posicionamento de John Holm e Gregory Guy, conduz, em 1987/1988, uma pesquisa junto a uma comunidade afro-brasileira de descendentes de escravizados, perto de Helvécia, no sul da Bahia, cuja particularidade já tinha sido observada por Ferreira (1969). Bonvini (2014, p. 19) apresenta alguns dados desse trabalho de Baxter, de 1992, evidenciando aspectos morfossintáticos que não se encontravam na maioria dos dialetos rurais, sobretudo das cidades ao redor de Helvécia:

1. o emprego das formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo para indicar estados e ações pontuais e contínuos que se situam no passado;
2. o emprego variável das formas da 3ª pessoa do singular do presente do indicativo em contextos nos quais se utilizam normalmente as formas do infinitivo;
3. marca variável da 1ª pessoa do singular;
4. dupla negação;
5. variação da concordância de número e de gênero no SN;
6. proposições relativas sem pronome;
7. presença variável do artigo definido no SN com referência definida.

A partir da leitura de Baxter (1992) e Luchesi, Baxter e Ribeiro (2009), Bonvini (2014, p. 19) postula que as conclusões dessa pesquisa indicaram que:

1. o dialeto de Helvécia apresenta traços que sugerem um processo irregular de aquisição e de transmissão de língua do tipo característico das línguas crioulas;
2. o sistema verbal encontrado nos dialetos rurais do português do Brasil pode ser derivado de dialetos como o de Helvécia, desenhando assim um processo de descrioulização. Para que essas conclusões possam contribuir para compreender a configuração

e as tendências atuais da língua falada na zona rural brasileira, o autor preconiza a necessidade de pesquisar a existência e a extensão desses fatos em outras comunidades, situadas em outros pontos do território brasileiro. Esses estudos poderão assim explicar a distância que separa os dialetos rurais do português padrão e a orientação dos processos de mudança que se encontram na zona rural.

Em contrapartida, contestando a criouliização e a influência das línguas africanas no português do Brasil, existem os trabalhos de Anthony Julius Naro (1973, 1978), um linguista branco estadunidense de base inicial gerativista, que muito contribuiu para a fundação da Linguística no Brasil, sobretudo no destacado Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Naro desenvolveu um trabalho sobre a história dos pidgins, que a seu ver, são formados a partir de uma simplificação pelos falantes adultos da língua de base, com vistas a facilitar a comunicação com os falantes não nativos.

A partir de concepções e leituras de Naro, Bonvivi (2014, p. 20) estabelece que:

o pidgin português seria formado na Europa e os portugueses tê-lo-iam ensinado aos falantes de línguas africanas. Por essa razão, afasta-se a hipótese de uma influência do substrato das línguas africanas na formação do pidgin português e dos crioulos que dele derivaram. A contestação da existência de um processo de criouliização do português apresentada por Naro também se funda em argumentos extralinguísticos, entre os quais se assinalam: (1) a preexistência de uma “língua geral”, que inibiu o desenvolvimento de um crioulo e (2) a ausência de mistura de diversas populações africanas de línguas diferentes, havendo, ao contrário, uma concentração majoritariamente iorubá na Bahia e banta nos outros estados, o que não poderia favorecer a constituição de crioulos.

Em congruência a esse posicionamento, tem-se o trabalho de Tarallo (1993), um profícuo debate sobre a criouliização do Português Brasileiro através do texto *On the Alleged Creole Origin of Brazilian Portuguese: Untarget Syntactic Changes*, apresentado pioneiramente no ateliê *Créole Located in Time and Space* (LSA Institute, CUNY, New York, 1986). O autor, assim como Anthony Naro, também não acredita na possibilidade de criouliização do Português Brasileiro (PB), sobretudo por não perceber aspectos gramaticais e linguísticos característicos de uma descriouliização, que caminha em direção à língua-alvo, a variedade do Português Europeu (PE).

Pelo contrário, Tarallo afirma que o caminho do PB é oposto, pois se afasta do PE em diversos aspectos morfossintáticos e fonético-fonológicos. A única proximidade ainda vigente entre o PB e o PE refere-se à língua escrita padrão, pois as gramáticas e outros mecanismos de políticas linguísticas se aperfeiçoaram ao longo dos séculos para manter essa “unidade” e “homogeneidade” que tanto Portugal almeja de suas ex-colônias, em prol da expressão de um domínio lusófono intercontinental.

Pouco se discutia sobre esse tema, mas, após esse trabalho de Tarallo, surge uma réplica favorável de Antony Naro e Marta Scherre, no clássico Naro e Scherre (1993, p. 437-454). Bonvini (2014, p. 20) apresenta que:

Os autores defendem que o português popular do Brasil resulta de uma “convergência de causas”:

1. reconhecem a participação de aloglotas, mas afirmam que ela não chegou a constituir uma língua mista de português e de línguas indígenas ou africanas, de modo a justificar a existência de um pidgin ou crioulo;
2. suspeitam, no entanto, que “a pidginização em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia, tenha influenciado no desenvolvimento do português brasileiro” (1993, p. 441);
3. sublinham como sendo mais significativo que “o impulso motor do desenvolvimento do português do Brasil veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal. Se as sementes trazidas de lá germinaram mais rápido e cresceram mais fortes é porque as condições, aqui, mostraram-se mais propícias devido a uma confluência de motivos” (1993, p. 450).

Naro e Scherre (2007) reafirmam seu posicionamento de 1993, com a exposição de fatos linguísticos em diversas línguas românicas e novos dados do PB, sobretudo ao que se refere à variação de número na concordância nominal, a partir de resultados de pesquisas científicas ao longo de mais de uma década de trabalho. Verifica-se, após leituras diversas de teóricos que construíram esse debate sobre a “influência”, a “crioulização” e a “deriva” do PB, com o aporte africano e indígena, que esse tema investigativo está apenas no início, porque grande parte do que se escreveu sobre essa realidade linguística possui uma perspectiva bastante conservadora e limitada. Não pela capacidade e argúcia dos pesquisadores, mas principalmente pelo seu posicionamento e pelo acesso às fontes.

Quem tem o direito de modificar um posicionamento científico, rejeitá-lo ou corroborá-lo? Basta se ter um título acadêmico para fazê-lo? Ou é necessário que se tenha uma determinada cor de pele, pertencer a uma etnia específica ou a um grupo social ou econômico de destaque na sociedade? Acredita-se veementemente que

o conhecimento primordial da humanidade não está na academia, a universidade apenas tangencia mimeticamente a sabedoria popular e originária. Sendo assim, com argumentos fortes e com a evolução de métodos e teorias, sob a interdisciplinaridade das pesquisas, é possível reformular o conhecimento científico. Assim funciona a ciência.

Desse modo, entende-se que a ausência de dados históricos de africanos no Brasil tenha favorecido efetivamente a manutenção dessa visão conservadora dos pesquisadores de não acreditar na contribuição massiva da africanidade na formação do Brasil e, nesse caso, no português brasileiro (PB), até a concepção de crioulição do PB, mesmo que em regiões isoladas e/ou específicos no território.

Esse debate carece de novas perspectivas teóricas e transdisciplinares, que superem a taxonomia vigente, bem como metodologias linguísticas canônicas. Impõe-se, portanto, a necessidade de um prosseguimento investigativo sobre a africanidade no PB, prezando pela profundidade histórica e à extensão de dados qualitativos utilizados, como apoio de formulações científicas com base na oralidade dos sujeitos que outrora eram considerados apenas objetos da pesquisa, mas que, nesta concepção, se configuram como participantes efetivos do estudo.

Nessa perspectiva, dentre algumas obras elementares da modernidade que versam com a maestria sobre a contribuição dos africanismos e da africanidade no PB, surge a grande obra *História social da língua nacional* de Laura do Carmo e Ivana Stolze Lima, pesquisadoras da Fundação Casa de Rui Barbosa, a primeira delas com doutorado em língua portuguesa pela UERJ sob o tema da lexicografia do Brasil e a segunda com doutorado em História pela UFF e estágio de pós-doutoramento na área de estudos africanos pela *North Western University* (Illinois, EUA). O debate aqui apresentado inicia-se com o texto de Mello (2014, p. 364, 365), que define muito bem sobre línguas crioulas e suas especificidades:

Línguas crioulas são línguas naturais, de emergência relativamente recente, que surgiram em contextos de contato entre diversas línguas onde uma desempenhava papel de dominância socio-político-econômica. Muitas das chamadas línguas crioulas tiveram sua origem a partir da situação de contato impingido nas colônias europeias das Américas, quando comunidades formadas por falantes de línguas maternas diversas, sobretudo de origem africana, se viram forçados a conviver em espaços dominados por uma pequena parcela da população, falantes da língua de prestígio. Esse foi o caso na formação de línguas crioulas tais como o haitiano, o jamaicano ou o papiamentu. Não há concordância entre os linguistas quanto à situação ou processo que podem resultar na formação de línguas crioulas.

(...) Efetivamente, não há traços gramaticais que caracterizem unicamente línguas crioulas, ou que estejam presentes apenas nelas. Entretanto, aparentemente há uma tendência das línguas crioulas de base lexical indo-europeia a apresentarem conjuntos de traços gramaticais semelhantes, como por exemplo: sintaxe SVO – Sujeito, Verbo, Objeto –, preferência pela estrutura silábica canônica consoante-vogal, ausência de flexões de gênero, ausência de flexões verbais, entre outros.

Mello (2014) apresenta três concepções teóricas distintas acerca da origem das línguas crioulas. A primeira entende que essas línguas emergem a partir de um processo de pidginização, em que um sistema linguístico simplificado — com léxico reduzido e gramática pouco estruturada — passa a ser adquirido como língua materna por uma nova geração, sendo assim expandido e naturalizado como crioulo. A segunda perspectiva defende que os crioulos resultam do contato entre línguas diversas, com ênfase na formação de basiletos, ou seja, variantes vernáculas que se distanciam consideravelmente da língua de prestígio, geralmente europeia. Já a terceira abordagem propõe que os crioulos são expressões mais puras de uma gramática universal inata, refletindo uma estrutura linguística comum a todos os seres humanos, que se manifesta naturalmente na infância por meio da interação com o ambiente. Essas visões não apenas revelam disputas epistemológicas na linguística, mas também tocam em questões profundas sobre aquisição de linguagem, contato linguístico e os limites entre estrutura social e cognição na emergência de novas línguas.

Vale, ainda, citar outro trecho dessa obra de Mello (2014), em que a autora traz mais definições, com objetivas exemplificações, sobre outro termo muito caro para esta pesquisa, que se refere a línguas em contato.

O contato linguístico oriundo de situações onde há grande assimetria hierárquica e de poder entre os falantes de diferentes línguas pode levar à morte de línguas, por exemplo, o que vem acontecendo no Brasil, onde as populações falantes de línguas indígenas têm abandonado suas línguas e adotado o português como língua única. Uma outra consequência das situações assimétricas das línguas em contato é o surgimento de novas variedades linguísticas, como é o caso da gênese de línguas crioulas, como por exemplo, o que ocorreu no período colonial nas Américas, que levou ao surgimento de línguas como o papiamentu nas Antilhas, o kriol no Haiti e o gullah nos Estados Unidos. (p. 367, 368)

Com esse viés analítico, continuando na discussão das relações entre línguas e variedades linguísticas, parte-se para análise do contato multifórmico do Brasil. Há uma série de possibilidades de contato entre o português, línguas originárias da África e da América, línguas de imigração (sobretudo pós-unificação de Itália e Alemanha e, ainda, conflitos no Japão), línguas de sinais, entre outras. No que se refere à categoria africana do contato e da formação do PB, sabe-se que nem todos os negros escravizados foram sequestrados diretamente de África, pois alguns já haviam passado por Portugal e até São Tomé (região intermediária do oceano atlântico partindo-se de Congo ou Angola) e Cabo Verde (região intermediária do oceano atlântico partindo-se de Benim, Togo e Nigéria).

Assim, compreende-se que muitos negros escravizados já falavam português de alguma maneira, a violência simbólica de destruição de sua identidade linguística já havia sido decretada e iniciada há tempo. Esses escravizados eram denominados de “negros do reino”, por terem vindo de Portugal, e eram classificados como “negros ladinos”, pois possuíam maior habilidade linguística na produção e expressão da língua portuguesa, em detrimento aos chamados “negros boçais”, que eram os escravizados que apresentavam mais resistência ao aprendizado forçado da língua portuguesa e baixo grau de proficiência no idioma.

Obviamente, os ladinos usufruíam de *status* social maior que os *boçais*, tendo maior acesso aos espaços de prestígio junto a seu senhor, não precisando se manter sempre ao campo e ao trabalho braçal e sendo possuidor de um bem imaterial altamente valorizado, que era a língua nacional. No entanto, eles eram condescendentes aos escravocratas, ao passo que prezavam pelo conhecimento do branco, de sua língua e de seu prestígio em detrimento de sua história, seu passado, sua ancestralidade e sua riqueza linguístico-cultural.

Em contrapartida, ser um negro ladino apresentava ter mais vantagem em relação à própria sobrevivência, a se manter vivo mais um dia, pelo menos. Aprender de forma efetiva a língua portuguesa fez com que esses negros escravizados usassem sua capacidade de comunicação com os seus senhores e a possibilidade de integração com outros escravizados, de diversas etnias, a fim de formar quilombos. A partir disso, a história do negro no Brasil se reconfigura, pois o domínio das armas do inimigo era essencial para retomar o que era (e é) dos negros por direito e justiça, sobretudo sua liberdade.

Ainda sob este livro da Fundação Casa de Rui Barbosa, no capítulo intitulado “Línguas africanas no Brasil: vitalidade e invisibilidade”, de Margarida Petter, tem-se o seguinte:

São raras as informações sobre o contato entre as diferentes línguas e culturas africanas que para cá foram transplantadas; são poucas as referências sobre os processos de aquisição do português pelos africanos; só dispomos de algumas observações de

viajantes estrangeiros que, ao invés de instigar a pesquisa, são tomadas como o retrato fiel da realidade. (...) Além do português, língua que se difundiu para toda a população que viveu no Brasil, a partir do século XVI, algumas línguas africanas foram aqui faladas, conforme atestam os documentos do século XVII, XVIII e XIX. No entanto, hoje esses falares se encontram confinados a situações de uso ritual, em comunidades religiosas específicas, de uso secreto, em poucas regiões brasileiras. (Petter, 2014, p. 19).

Petter (2014) evidencia a escassez de registros sistemáticos sobre o contato linguístico e cultural entre as diversas línguas africanas transplantadas para o Brasil durante o período colonial. A autora ressalta que os poucos dados disponíveis sobre a aquisição do português por africanos escravizados se baseiam majoritariamente em relatos de viajantes estrangeiros, que muitas vezes foram tomados como verdade científica sem a devida problematização. Apesar disso, documentos históricos dos séculos XVII ao XIX atestam a presença ativa de línguas africanas no território brasileiro, como o quimbundo, falado por ampla parcela da população negra na Bahia, e diversas línguas do grupo Gbe, associadas à região da costa do Benim.

A obra “Arte da língua de Angola”, de 1697, e o manuscrito “Obra nova da língua geral de Mina”, de 1741, são marcos importantes para o reconhecimento do multilinguismo africano em solo brasileiro. O comentário de Petter denuncia, assim, o apagamento sistemático dessas línguas e a urgência de seu resgate, haja vista que estas línguas, hoje em grande parte estão restritas a contextos rituais de comunidades religiosas afro-brasileiras. Em continuidade, cita-se mais um trecho dessa obra:

A presença de línguas africanas vem sendo registrada, a partir do século XX, principalmente sob a forma de léxicos regionais e dicionários de brasileirismos. De línguas plenas, passaram a línguas especiais, cujo uso – além de estar associado a grupos específicos – está vinculado a duas funções principais: ritual, nos cultos religiosos ditos “afro-brasileiros”. (...) A situação de uso ritual, especializado, em que o indivíduo procurava conservar sua identidade por meio da língua foi determinante para a preservação, nesses ambientes, das línguas iorubá, jeje e línguas bantas em interação com o português. O que permanece das línguas africanas é, principalmente, o léxico. – um conjunto de palavras –, embora alguns enunciados, presentes, sobretudo, nos cânticos, preservem estruturas sintáticas africanas. (Petter, 2014, p. 23)

Neste trecho, Petter destaca a mudança no estatuto das línguas africanas no Brasil, que, ao longo do século XX, passaram de línguas de uso pleno para línguas de uso restrito, associadas a contextos específicos e minoritários. Essas línguas sobrevivem principalmente na forma de léxicos regionais e dicionários de brasileirismos, preservadas em práticas rituais religiosas afro-brasileiras e como marcadores identitários em comunidades negras rurais. A autora menciona obras fundamentais, como o “Vocabulário quimbundo”, apresentado por João Dornas Filho em 1942, e o levantamento dos vissungos feito por Aires da Mata Machado Filho em 1943, que registram palavras de origem banto no contexto das Minas Gerais. Esse panorama linguístico revela o processo de resistência e ressignificação da herança africana no Brasil, ao passo que evidencia a marginalização das línguas negras fora de contextos cerimoniais.

Nessa perspectiva, a autora finaliza seu texto relembrando o embate teórico entre os pesquisadores que acreditam na hipótese de deriva (Tarallo, Naro e Scherre que defenderam a teoria de que o impulso motor do desenvolvimento do PB veio já embutido na deriva secular da língua de Portugal) e nos da hipótese de criouliização prévia do português brasileiro (sobretudo o caso de Helvécia [Bahia] com Baxter). Petter, ainda, insiste na importância de se olhar para os fatores históricos e sociais, como a etnologia e a demografia, para se compreender a diversidade multiétnica do Brasil ao longo de sua formação, sobretudo no que se refere à massiva presença africana na população (haja vista que oficialmente 5 milhões de africanos foram sequestrados e trazidos ao Brasil, conforme dados evidenciados em Almeida (2014).

Diante do percurso teórico e delimitação temática aqui desenvolvidos, que abordou as principais correntes sobre o contato linguístico afro-lusófono e as disputas em torno da formação do português brasileiro – entre as hipóteses da deriva, da criouliização e da contribuição das línguas africanas, finaliza-se o artigo. A seguir, nas considerações finais, propõe-se um fechamento reflexivo e crítico, retomando os elementos centrais do trabalho, a fim de reafirmar a importância de uma abordagem anticolonial e afrocentrada para o estudo da constituição linguística brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou lançar luz sobre a presença e a resiliência das línguas africanas na constituição do português brasileiro, com especial ênfase à língua fongbè, inserida no grupo Gbè da subfamília Kwa. Em um percurso que articula a linguística africana, a sociolinguística do contato e a análise crítica da história social das línguas, buscou-se apresentar um panorama tipológico, histórico e etnográfico sobre os modos de presença das línguas africanas no Brasil, ainda que muitas delas tenham sido relegadas à condição de línguas de uso restrito ou exclusivamente ritual.

A proposta metodológica do trabalho, de natureza interdisciplinar, permitiu não apenas a aproximação entre dados históricos e linguísticos, mas também a valorização

das vozes silenciadas por uma tradição acadêmica pautada em paradigmas eurocentrados. A partir da análise de registros históricos, obras lexicográficas, dados etnográficos e relatos demográficos sobre o tráfico transatlântico, demonstrou-se que o contato linguístico entre as línguas africanas – notadamente o fongbè, o yorubá, o quimbundo e outras línguas banto – e o português colonial não foi acidental, nem superficial.

Pelo contrário, esse contato produziu efeitos estruturais e duradouros no léxico, na fonologia e em aspectos da morfossintaxe do português falado no Brasil, especialmente nos falares populares e nos registros afro-religiosos. Tal constatação foi sustentada pelos estudos clássicos de Renato Mendonça, Yeda Pessoa de Castro, Emilio Bonvini e, mais recentemente, por Alan Baxter e Dante Lucchesi, em suas pesquisas sobre Helvécia (Bahia – Brasil), os quais corroboram a hipótese de que o português brasileiro carrega traços de um processo de crioulização leve ou de contato assimétrico, ainda pouco reconhecido nas gramáticas normativas.

Também se destacou a importância da africanística na compreensão das dinâmicas de formação do português brasileiro, a partir da reconstrução tipológica das línguas africanas envolvidas no tráfico negreiro. O exame das classificações linguísticas de Greenberg, bem como dos mapas de localização étnica e linguística, permite vislumbrar a complexidade e a sofisticação dessas línguas, contrariando a ideia de que a influência africana se limita ao plano lexical. A análise contrastiva entre o fongbè e o yorubá, por exemplo, evidenciou não apenas a riqueza tonal e estrutural dessas línguas, mas também suas singularidades e afinidades, desmistificando leituras simplificadas sobre a suposta homogeneidade linguística africana.

Enfrentou-se criticamente os paradigmas que, desde o século XIX, tentam minimizar ou ocultar a contribuição africana à formação do português brasileiro. A leitura das disputas teóricas entre as hipóteses da deriva, da crioulização e do semicrioulo demonstrou que o debate não se esgota em categorias formais ou em modelos analíticos estanques, mas exige uma postura comprometida com a justiça epistêmica e com o reconhecimento da pluralidade linguística que marca a história do Brasil. Os dados apresentados pelas obras discutidas revelam a amplitude e a profundidade da presença africana, não apenas no campo linguístico, mas também no social, cultural e político.

Em síntese, afirma-se que o português brasileiro não pode ser plenamente compreendido sem que se reconheça, de maneira substancial e científica, a contribuição das línguas africanas em sua conformação histórica. Ao trazer à tona dados negligenciados e ao propor um olhar afrocentrado sobre o processo de formação linguística brasileira, o artigo não apenas intervém em um campo de disputa teórica, mas propõe uma reescrita da história da língua, na qual a africanidade deixe de ser um subtexto marginal para se tornar um eixo estruturante da narrativa. Trata-se, portanto, de um chamado à linguística brasileira: que ela se reconcilie com sua memória negra, com seus sujeitos históricos e com a pluralidade linguística que ainda pulsa nos terreiros, nas comunidades quilombolas e nas favelas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Tráfico de africanos para o Brasil. In STOLZE LIMA, Ivana; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: NAU, 2014, p.73-104, 353-362.

Autor. *Línguas africanas (fongbè, yorubá e kimbundu) em contato com o português: um estudo linguístico e autoetnográfico do candomblé*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2024. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, PPGLEN, 2024.

Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/25/teses/949041.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2025.

BAMGBOSE, A. *A Grammar of Yorubá* Cambridge/NY: Cambridge University Press, 2000.

BAXTER, A. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do estado da Bahia. In D'ANDRADE, E; KIHM, A (ed.). *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de base lexical portuguesa"*. Lisboa: Colibri, p. 7-35, 1992.

BONVINI, E. Línguas africanas e português falado no Brasil. In PETTER, M.; FIORIN, J. (org.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa* SP: Contexto, p. 15-60, 2014.

BRUNSCHWIG, H. *A Partilha da África*. São Paulo: Editora Dom Quixote, 1972.

ELIA, S. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FERREIRA, C. Remanescentes de um falar crioulo brasileiro: Helvécia- Bahia. In FERREIRA, C. et alii. *Diversidade do português do Brasil*. Salvador: PROED/UFBA, p. 21-31, 1969.

GREENBERG, J. *Studies in African Linguistic Classification*. Connecticut: Compass Publishing Company, 1955.

GREENBERG, J. *The Languages of Africa*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1963.

GRIMES, B. *Ethnologue: Languages of the world*. Dallas (Texas): Summer Institute of Linguistics, 1998.

HEINE, B; NURSE, D. (Org). *African languages: an introduction*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000.

LEFEBVRE, Claire. *Creole genesis and the acquisition of grammar: The case of Haitian creole*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LÉPINE, C. Os dois reis do Danxome: varíola e monarquia na África Ocidental, 1650/1800. Marília: UNESP-Marília-Publicações, 2000.

LUCCHESI, D; BAXTER, A; RIBEIRO, I. (Org.). *O Português Afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

MANNING, P. *The African diaspora: a history through culture*. New York: Columbia University Press, 2009.

- MELO, G. de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Padrão, 1946.
- MELLO, H. Conceitos linguísticos. In STOLZE LIMA, I; CARMO, L. do (org.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. Rio de Janeiro: NAU, 2014, p. 363-374.
- MENDONÇA, R. *A influência africana no português do Brasil*. Bras: FUNAG, 2012 [1935].
- NARO, A. *Crioulização e mudança natural. Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- NARO, A. A Study on the Origins of Pidnization. *Language*, 54 (2): p. 314-347, 1978.
- NARO, A.; SCHERRE, M. Sobre as origens do português popular do Brasil. *Revista D.E.L. TA*. São Paulo, 9, n. especial: 437-454, 1993.
- NARO, A; SCHERRE, M. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.
- PARKVALL, M. *Da África para o Atlântico*. Tradução Rodolfo Ilari. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.
- PESSOA DE CASTRO, Y. Antropologia e lingüística nos estudos afro-brasileiros. *Afro-Ásia*, CEAU/UFBa, p. 211-226, 1976.
- PESSOA DE CASTRO, Y. África descoberta: uma história recontada. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 23, p. 135-140, 1980.
- PESSOA DE CASTRO, Y. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secult, 2002.
- PESSOA DE CASTRO, Y; CASTRO, G. *Cultures africaines em Amérique: une ébauche de recherche conjointe pour localiser les emprunts*. Trabalho apresentado no 2nd World Black Festival of Arts and Culture. Lagos-Kaduna, 15 jan-12 fev, 1977.
- PETTER, M. Línguas africanas e línguas do tráfico. In STOLZE LIMA, I; CARMO, L. (org.). *História social da língua nacional 2: diáspora africana*. RJ: NAU, 2014, p. 345-348.
- SILVA NETO, S da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1950.
- TARALLO, F. Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatórias. In: ROBERTS, Ian; KATO, Mary (orgs.). *O português brasileiro: uma viagem diacrônica. Homenagem a Fernando Tarallo*. Campinas: Unicamp, p. 35-68, 1993.
- THOMASON, S. *Language Contact: An Introduction*. Edinburgh e Washington, DC: Edinburgh University Press e Georgetown University Press, 2001.
- WATTERS, J. Syntax. In: HEINE, B.; NURSE, D. (orgs.) *African languages: an introduction*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000, p. 299-347.
- WOLFF, H. Language and society. In: HEINE, B.; NURSE, D. (orgs.) *African languages: an introduction*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2000, p. 299-347.